



boletim#4
textos
de contributo

**II CONFERÊNCIA NACIONAL
DO BLOCO DE ESQUERDA**

parte 01
textos opinião
europa

Não é defeito é feito

MÁRIO TOMÉ

Nas eleições europeias há que deixar claro que a transformação da Europa do austeritarismo na Europa da cidadania e da solidariedade exige a derrota dos enfáticas “construtores” da UE que hoje tolhem o “sonho europeu” seja ele qual for..

Depois da II GM, em plena rejeição do totalitarismo e sob a chuva de créditos e investimentos do Plano Marshall para a reconstrução da Europa que a Europa destruíra com particular vigor, o capital beneficiou com o contrato social.

A crise de 73 impôs outro tipo de democracia, experimentada nos excessos de Pinochett e Videla: a democracia dos mercados, da corrupção de valores que a luta do Trabalho impusera à exploração bem intencionada por mútuo acordo.

A parceria manteve-se nos novos moldes. Demo-cristãos e social-democratas (PS) gravitando em torno do liberal PSD, em Portugal, dissolveram-se no neoliberalismo: nos governos às ordens da banca e da finança, aprovaram sem consulta popular os novos tratados até à capitulação total. O Tratado de Lisboa institucionalizou a tutela da NATO e o Tratado Orçamental coloca-nos em austeridade permanente. Finalmente o nó górdio é apertado pelo acordo de comércio com os EUA, num último passo de assassinato da democracia e da soberania.

É este contexto das eleições para o P.E.

A arma neoliberal mais poderosa neste duro combate da luta de classes é a hegemonia ideológica da burguesia.

O Bloco tem dado ênfase, de forma assinalável, à elaboração teórica, factor determinante no combate à ideologia neoliberal: as obras editadas, da autoria de dirigentes do Bloco - obras de referência sem rival na esquerda - definem poderosamente os fundamentos do combate e darão os seus frutos.

Mas falta inscrever no discurso político do quotidiano os ganhos desse assinalável trabalho teórico.

A demonstração da contradição antagónica entre os de cima e os de baixo deve ser o traço director do discurso político, de toda a argumentação da mais simples e imediata à mais elaborada, para ajudar os trabalhadores a apoderarem-se do conhecimento sem o que dificilmente interpretarão a razão da sua opressão e assumirão todas as consequências da sua luta.

Exige-se resposta radical contra a hegemonia do capital financeiro. O investimento só paga a quem trabalha se controlado pelos produtores.

Com a crise, os predadores instalaram o status que lhes interessa: pôr ao nível do insuportável os rendimentos (directos e indirectos) do trabalho para uma nova fase de acumulação do capital; não será a primitiva mas imita bem.

A política da UE tem que ser desmascarada sob o ariete do movimento social, armando a luta com a compreensão do que está verdadeiramente em jogo.

A finança é incontrolável, maxime enquanto detiver o poder totalitário que construiu.

O BE afirma-se como indispensável para acrescentar à luta política o conhecimento das suas raízes, combatendo o irracionalismo, fonte de todas as opressões.

O movimento dos povos e trabalhadores por uma Europa socialista em que impere a vontade cidadã e o capital seja encostado à parede, exige ainda a solidariedade com as vítimas da histórica vocação xenófoba, colonialista e imperialista da Europa.

Por uma Europa Socialista

PARTE II

LUÍS FILIPE PIRES

Por uma Frente Única Anticapitalista para um Governo de Esquerda

O Bloco de Esquerda apela à união de todas as forças anticapitalistas contra a Troika, a Austeridade e os Tratados Europeus, propondo um compromisso para um Programa Comum para um Governo de Esquerda, e caso seja possível, uma frente eleitoral e social... O apelo a esta Frente de Esquerda deverá ser dirigido ao PCP, Verdes, Congresso Democrático das Alternativas, MAS, POUS, MRPP, etc. A estratégia política é quebrar a hegemonia política da ex-social-democracia, como condição necessária para impor um Governo de Esquerda.

Um caminho para a reestruturação da dívida

- A alternativa é entre Austeridade eterna para “tentar” pagar uma dívida que cresce sempre ou cancelar a dívida e impor de imediato uma moratória sobre a Dívida. Este será o primeiro passo de um Governo de Esquerda.
- O segundo passo deste caminho é a nacionalização da Banca, para controlar o crédito, e os movimentos internacionais dos capitais.
- O terceiro passo será organizar uma Auditoria Cidadã à dívida a fim de detectar a Dívida Ilegítima (negócios “escuros” e PPP, benefícios fiscais ao Capital, fugas para paraísos fiscais, recapitalização dos bancos, dívida acumulada e gerada devido à própria crise e políticas recessivas, etc.)... Em consequência, a maior parte da Dívida será cancelada.
- O quarto passo será a nacionalização dos sectores estratégicos da economia, em particular as grandes empresas energéticas e de telecomunicações.
- O quinto passo será repor os níveis de salários e pensões que existiam antes da “crise” e utilizar os recursos libertados para financiar uma política que promova o Emprego e o Desenvolvimento, através da reestruturação produtiva do país de acordo com as necessidades dos trabalhadores e com respeito pelo ambiente e pelo ordenamento do território. As áreas estratégicas essenciais à vida humana não são um negócio.

Obviamente esta estratégia, entra em contradição frontal com as regras da União Europeia e tem fortíssimas possibilidades de provocar uma reacção forte por parte do Capital e das suas organizações (União Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional). A expulsão da UE ou do Euro são cenários possíveis cujo estudo se coloca a jusante do âmbito deste documento).

A alternativa que se coloca à Esquerda Anticapitalista é entre ser cúmplice de uma Austeridade Eterna ou ir à raiz dos problemas e enfrentar o Capital. À barbárie capitalista opomos o socialismo, e estamos prontos para a luta toda.

O deficit democrático na União Europeia

ÁLVARO ARRANJA

A construção da Europa sofre de uma crescente falta de legitimidade. Até meados da década de oitenta, a existência do “estado do bem-estar” permitiu que o projecto de integração europeia tivesse uma boa imagem. A partir da afirmação do neoliberalismo, o poder de Bruxelas tem sido usado para dismantelar o Estado social, provocando nos cidadãos um aumento da rejeição de tudo o que simboliza a União Europeia. Para além disso, tentou-se superar a ausência de um imaginário comum europeu, fomentando o medo pelo outro, num regresso a valores de xenofobia que se julgariam apagados da história da Europa.

Num certo momento os líderes da comunidade valorizaram como um grande avanço democratizante que a Constituição Europeia fosse submetida a referendo e se efetuasse através da Convenção. Face ao fracasso desse processo não hesitaram em voltar ao sistema de conferências intergovernamentais opacos para formular o Tratado de Lisboa.

Vários anos de crise interminável revelaram uma situação política alarmante. Tornou-se mais perceptível para o público que os Estados e seus governos já não podem superar os obstáculos que colocam em causa um modelo socioeconómico laboriosamente construído na Europa durante décadas. Muitas vezes ouvem dizer que este modelo já não pode ser eficazmente protegido pelas instituições de seus estados porque estas instituições estão à mercê do que determina as operações opacas entre os poderes financeiros e um núcleo reduzido de líderes europeus.

Estamos diante de uma anomalia democrática claro que se traduz em falta de reconhecimento e legitimidade: a cidadania tem pouca conhecimento de como se tomam as decisões na União Europeia e tem pouca consciência do quanto essas decisões afetam as suas vidas. Daí a baixa taxa de participação nas eleições europeias e a pouca atenção que a opinião popular tem, em geral dado a política da UE.

Hoje resulta claro que esta integração europeia, conseguiu excluir os domínios-chaves da decisão pública (a gestão da moeda, as mudanças constitucionais, a diplomacia económica...) de qualquer controlo ou contestação política direta. Conseguiu pôr em prática o velho desejo do pensamento liberal do século XIX, de que a gestão dos negócios públicos não deve depender da “irracionalidade das massas” ou da “tirania das maiorias”, mas sim serem orientados por uma minoria esclarecida.

Perante este panorama, não é de estranhar que os cidadãos europeus se sintam cada vez mais afastados de um processo de construção de uma União Europeia.

As perguntas são cada vez mais...em nome de quem se governa a União Europeia?...vale a pena continuar este processo de construção europeia?

Uma Política Agrícola e Alimentar Europeia para as pessoas e territórios

MARIA DO CARMO BICA
MARCO MARQUES
PEDRO SOARES
RICARDO VICENTE
RICARDO MOREIRA

As medidas da Política Agrícola Comum (PAC) têm sido desajustadas das necessidades das agriculturas mediterrânicas, em especial da realidade portuguesa.

Na verdade, desde 1992 - data da primeira reforma da PAC após a adesão de Portugal - que temos vindo a assistir a políticas agrícolas desincentivadoras da produção. Sob o argumento da protecção ambiental, da preservação dos solos e dos enormes gastos com a sobreprodução na Europa, tivemos, ao longo destes anos, fortes incentivos para a redução da produção: incentivos diretos através do estabelecimento de quotas e direitos de produção (leite e vinha) e obrigatoriedade de pousios e ainda incentivos indiretos através da introdução de limites no acesso às ajudas diretas para diversas produções (prémio de ovinos e caprinos e vacas aleitantes).

Por outro lado, em Portugal verificou-se que os apoios ao rendimento dos agricultores, provenientes da PAC, se destinaram essencialmente aos grandes proprietários rentistas do sul do país, tendo deixado de fora a pequena agricultura familiar.

Em Portugal, 92% dos agricultores recebem apenas 30% do total de pagamentos diretos, menos de 10 000 euros de ajudas, enquanto os restantes 8% recebem quase 70% do total destes pagamentos. Estes últimos vão para um tipo de explorações extensivas, que dominam uma grande parte da superfície agrícola utilizável, na sua maioria rentistas que vivem quase exclusivamente dos subsídios da PAC. Isto impossibilita muitas atividades territoriais e a instalação de agriculturas realmente produtivas nestes terrenos.

A PAC tem favorecido a gestão rentista da terra e a orientação para a competitividade, matando uma pequena agricultura e familiar que é quem produz alimentos, mantém emprego, dá vida às zonas rurais, gere os territórios. As pequenas explorações agrícolas familiares, que ocupam a maioria do território português e são fundamentais do ponto de vista social e ambiental, recebem míseros euros da PAC e algumas nada recebem.

Como resultado destas políticas temos assistido a uma enorme diminuição da produção, da área cultivada e do número de agricultores. O abandono e o envelhecimento é o traço principal que caracteriza a pequena agricultura e a agricultura familiar na maioria dos territórios rurais de Portugal.

Este abandono dos campos, associado às características do clima mediterrânico e da floresta portuguesas, associado a outros fatores, como o predomínio da monocultura de pinheiro e eucalipto tem levado a que todos os anos, no verão, enormes áreas sejam devastadas por incêndios.

Isto significa décadas de políticas agrícolas completamente inadequadas para estes tipos de agriculturas. É necessária a coragem, que nunca houve, para, em articulação com a PAC, promover políticas sérias de ordenamento do território, políticas de reestruturação de como produzir, distribuir e consumir, o que teria implicações ao nível de todas as atividades.

Quatro Contributos: Internacionalismo, Europa Socialista, Frente Única Anticapitalista e Roteiro para a Reestruturação da dívida.

LUÍS FILIPE PIRES
JOSÉ DOURADO

Entendemos que o Bloco de Esquerda não se deve limitar ao papel de “partido de causas” e de excelentes propostas sectoriais, mas que deverá ter um **papel estratégico activo como sujeito político transformador da sociedade.**

1. Trouxemos para o debate o documento do congresso do PEE, porque entendemos que o BE se deve assumir externamente como **internacionalista**, pertencente a uma **família política europeia**, a Esquerda Europeia Anticapitalista que quer uma Europa Socialista e dos Trabalhadores, e internamente, o Congresso do PEE é também o nosso Congresso, pelo que esta discussão deve ser feita por todos os militantes do Partido.
2. Somos favoráveis a: ... “uma política de coesão que estabeleça ... “padrões mínimos de dignidade e de justiça social no espaço europeu” ..., evitando a destruição das economias mais frágeis, e recuperando o papel redistributivo do orçamento europeu” ... ou de alterar os estatutos do BCE para que este seja dependente da POLÍTICA e para que, por ex. na função de reacção do Banco Central a variável emprego seja prioritária ... estando conscientes que nesta era de guerra social contra os trabalhadores e os povos, e de austeridade sem fim, não voltaremos a ter ...“passados que cantaram” ... nem “democracias sociais”; somos favoráveis a uma política de luta por reformas, desde que articuladas numa política de transformação socialista da Europa...para um MÁXIMO DE DIGNIDADE.
3. Para mudar a Sociedade temos que desenvolver as lutas sociais e dar-lhes uma perspectiva política. Muita gente se cansa de lutar e lutar porque não existe uma perspectiva concreta de mudança política. Uma Frente Única anticapitalista, anti-troika e anti-austeritária com o PCP, socialistas descontentes e outras forças de Esquerda que obtivesse no mínimo 20% dos votos, eliminaria os efeitos do “voto útil” no PS traria a perspectiva de vir a superar a ex-social-democracia e erguer uma perspectiva mobilizadora para as massas trabalhadoras e todos os lutadores sociais. É nosso dever erguer a bandeira de uma Frente de Esquerda para construir um **Arco de Governação de Esquerda. Não o fazer incansavelmente é faltarmos às nossas responsabilidades e contribuirmos para desmobilizar a LUTA SOCIAL.** Valorizamos o imprescindível e difícil trabalho técnico feito pela IAC sobre a Dívida, mas é preciso que TODA a esquerda anticapitalista construa um discurso político unificado e claro que apresente ao POVO um **roteiro claro para a reestruturação da dívida** que começará por impor uma **moratória** sobre a dívida e **nacionalizar todos os bancos** (incluindo o BES), estando dispostos a enfrentar o capital, a Troika e preparados para todas as consequências que daí possam advir.

Por uma campanha europeia aberta, ampla e irreverente

JOÃO MINEIRO
INÊS TAVARES
SAMUEL CARDOSO
AMARÍLIS FELIZES
EDUARDO MARQUES
JOÃO CURVÊLO
FILIPA GONÇALVES
NUNO MONIZ
FRANCISCA CARVALHAS
MARIANA GOMES
MIGUEL HELENO
ANDRÉ PEREIRA

1. Um Bloco para mudar a política

Num momento em que se cava uma distância crescente entre a população e as instituições, políticas, o Bloco deve, nas próximas eleições, cumprir o seu desígnio de ser um partido diferente dos outros e que nasceu e cresceu para transformar a política em Portugal e na Europa. Isso implica pensar uma campanha e um processo de preparação das eleições europeias que seja amplo, transparente, intenso e muito alargado no plano do debate interno e no plano da abertura à sociedade. O Bloco deve nesta campanha europeia dar uma prova de vitalidade da sua identidade. De facto, o Bloco é o partido em Portugal cuja tradição e identidade mais se aproximam de uma articulação constante entre a luta pela defesa do povo português e a luta por uma solidariedade internacionalista que sabemos que é condição necessária para virar a Europa ao contrário. A nossa identidade e tradição internacionalista, ecologista, feministas, anti-racista, anti-conservadora, anti-imperialista, anti-capitalista, socialista e democrática é única no mapa político português e nela reside a capacidade de afirmação do Bloco como um partido que nasceu para mudar a política de forma decisiva nesta fase de aumento da exploração e das desigualdades.

2. Debate interno forte e abertura cidadã

Cada eleição tem as suas especificidades, mas pensamos que, após definidos os trâmites mais gerais as nossas linhas de força programáticas, o Bloco deve esforçar-se por constituir-se na sociedade portuguesa como o porta-voz das causas e das lutas que percorrem a sociedade. O Bloco deve desenvolver um intenso debate interno sobre que campanha e que programa pode ajudar a fazer crescer uma esquerda socialista que luta pela democracia mas deve também abrir-se à sociedade e construir uma metodologia de campanha e de programa que lhe permita ser o interlocutor natural das reivindicações populares nas instituições. Para isso o Bloco deve (a) convocar todas as organizações bloquistas e assembleias de aderentes para uma discussão aprofundada sobre o programa; (b) promover reuniões abertas a todos e a todas as cidadãs, em espaços abertos na sociedade, onde possamos aprender com as experiências de resistência e com a percepção geral da sociedade sobre o momento que vivemos; (c) convocar um périplo de reuniões com associações e outras organizações da sociedade (de imigrantes, anti-racistas, feministas, ecologistas etc) para fazer do nosso programa também uma síntese de resposta aos problemas que hoje os diversos sectores enfrentam.

3. Por uma campanha irreverente

Para além de um Bloco mobilizado, precisamos também de dar um sinal de irreverência à sociedade. Durante muitos anos o Bloco foi muito mais que a sua intervenção institucional e esteve na rua, enfrentou a polícia do estado espanhol na fronteira, acompanhou imigrantes expulsos a Marrocos, esteve presente quando se desafiou barcos da marinha, ocupou edifícios abandonados e espalhou murais pelas cidades. A sociedade viu que havia uma nova força social que percorria as ruas e desafiava o poder. Hoje precisamos de recuperar essa imagem fresca que marca uma diferença na forma de fazer política. Precisamos de cartazes criativos, heterodoxos e que não sejam apenas centramos nos temas da economia. Precisamos de iniciativas de campanha que agitem. Nesta campanha precisamos dessa força: a memória do elefante, a irreverência que nos fez abanar a sociedade portuguesa, um programa que não desiste da luta toda e a abertura de quem quer lutar para vencer.

parte 02

textos opinião
organização

Admirável Partido Novo

MÁRIO TOMÉ

I

A tendência tendenciosa para as tendências de uma parte dos ex-representantes das correntes do Bloco aponta para uma interessante luta política.

Uma espécie de ordem de serviço decretou o “tempo das tendências”. Surgiu a T.S. e sugere-se que novas poderão surgir. Bem, esta ideia profundamente liberal e social-democrata já está a produzir excelentes doses de cristalização tendenciosa e de sectarismo aberto a todos.

Os aderentes sem tendência continuarão num limbo que toleraram pró-Bloco, perante a necessidade de construção da harmonia entre temas históricos diferentes.

A política do Bloco continuará a ser definida no confronto ou acordo entre tendências ou nas assembleias de aderentes com repercussão nos órgãos eleitos e na construção de listas em torno de plataformas políticas não cristalizadas?

II

A intervenção do Bloco no terreno terá como base a sua organização territorial e sectorial e um sistema flexível de trabalho em rede que assegure a todos o acesso à informação, à participação e capacidade/possibilidade sustentada de intervenção na formação da política e, logo, na sua concretização.

Os núcleos de intervenção local e regional devem ter como base, sempre com o fito de ampliação e recrutamento, as listas formadas para as eleições autárquicas que são o elemento mais amplo de influência no movimento social indiscriminado e de possibilidade do seu alargamento.

III

Sem uma organização realmente descentralizada os funcionários podem tornar-se um instrumento do aparelho do partido e, nessa qualidade, ganhar um poder que é o reflexo da sua própria sujeição.

O funcionamento, a gestão e o controlo dos funcionários é exclusivamente de índole democrática de acordo com os princípios do partido.

Com direitos laborais e políticos intocáveis os funcionários integram, com todos os direitos e deveres inerentes, todos os órgãos para que sejam eleitos, sendo aderentes primeiro que tudo. Algumas opiniões que vi expressas propendem para tornar os funcionários numa espécie de betas do admirável partido novo.

Funções administrativas, técnicas e especializadas são cumpridas por aderentes qualificados, que são sempre políticos.

Aqueles cuja actividade é regional devem ser escolhidos pela região e ratificados pela direcção nacional. A responsabilidade pelo salário deve ser da própria região de acordo com «protocolo» combinado com a direcção nacional para decidir a origem e a forma das verbas em jogo.

Os funcionários nacionais, obviamente escolhidos pela Mesa nacional, não poderão impor-se, sob qualquer argumento, às normas, formas de funcionamento ou decisões das direcções regionais ou locais. Os diferendos ou conflitos decorrentes serão derimidos entre a direcção nacional e as direcções em causa.

A questão fulcral: a eficácia na política revolucionária impõe sempre mais e mais democracia, mais e mais transparência, mais e mais descentralização.

Esta a única forma de travar a vertigem historicamente ilustrada para o autoritarismo democrático, para a autonomização de corpos com poderes fácticos, para o apoderamento da política pela burocracia, para a degenerescência da capacidade revolucionária do organismo vivo que é o partido.

Bloco de Esquerda, um partido causas

2ª PARTE

SANDRA ALMEIDA

Concentremo-nos para já nas supostas “causas”, uma vez que estas assumem um peso relevante no “mundo do comentário e da opinião”. Como “ao deixar” de ter causas, o Bloco de Esquerda perdeu o lugar de destaque e a capacidade de fazer a diferença, a crise instalou-se e o declínio é evidente. É assim que muito desse “mundo” pensa. Os aderentes e os eleitores “fugiram e fogem” porque as causas deixaram de o ser. O Bloco de Esquerda esvaziou-se, ficou sem programa. Aquela que era a sua – inicial - base social de apoio foi dispersando, na medida em que deixou de se rever no partido, agora, sem propostas “irreverentes” e “fraturantes”. Assim, a política perdia a graça. Assim, o partido não tem interesse. Sim, porque para coisas sérias, há outros com mais experiência, com história, com heróis... enfim.

Perante tamanha “evidência”, e tendo em conta os tempos especiais e difíceis em que vivemos, talvez tenha chegado a hora do Bloco de Esquerda destacar alguns pontos do seu programa e, esforçada e esmeradamente, apresentar uma nova “geração de causas” para descansar as almas mais aflitas, assim como para ajudar à compreensão daquelas que são as suas propostas políticas, tornando evidentes as suas preocupações.

De facto, no contexto de aplicação do Memorando de Entendimento e dos resultados e consequências já verificados na economia e na sociedade, muito tem de ser parado e alterado. As transformações em curso, que se podem considerar como uma “revolução” a favor dos detentores do capital, e que se encontram sustentadas nas denominadas “reformas estruturais”, exigem a apresentação clara de alternativas, no sentido de interferir e de danificar o discurso hegemónico (do poder) que quer fazer acreditar na inexistência de alternativas ou admitindo que, a existirem, as consequências seriam muito piores do que os “desvios” ou resultados “mais gravosos”, verificados na sequência das linhas políticas definidas e nas medidas aplicadas.

Face ao exposto, atrevo-me a deixar aqui aquela que pode ser a **sistematização de uma “nova geração” de causas do Bloco de Esquerda:**

Uma sociedade não mercantilizada; Uma economia promotora do desenvolvimento do país; Serviços Públicos de qualidade e para todos os cidadãos; Educação como referência central numa sociedade de bem estar e progresso; Consideração e aplicação efetiva da referência “Estado de Direito”; Europa da Liberdade e da Solidariedade.

Evidentemente que estas causas estão ligadas entre si e têm inerente todas as gerações de direitos. Não podia, aliás, ser de outra forma. O que pretende, no fundo, o Bloco de Esquerda? Para não baralharmos o “mundo do comentário e da opinião”, troquemos as “causas por miúdos”: **pretende consolidar a ideia/ tornar real a existência de um período pós-neoliberalismo em que a centralidade dos direitos, da cidadania e da democracia se sobrepõe ao neoliberalismo/ conservadorismo reinante, que valoriza o poder do dinheiro e a centralidade do mercado.**

Dá para entender? Talvez não seja assim tão difícil.

Convergência à esquerda. O grande debate que deve ser feito e (realmente) chegar às bases

SANDRA ALMEIDA

Portugal vive tempos difíceis. Vive tempos de austeridade e de falta de esperança num futuro melhor. A verdade é esta: não se perspectivam melhorias significativas para a vida dos portugueses nos próximos anos, independentemente do fim da “vigência” do Memorando de Entendimento. Venha o que vier a seguir, estará lá (sempre) o Tratado Orçamental que sufocará o país e impedirá o crescimento económico desejável, a melhoria do nível de vida da população, o concretizar das políticas possibilitadoras de desenvolvimento do Estado Social, em particular, nos termos (positivos) já verificados e que importa(ria) ainda aprofundar, assim como a melhoria pretendida para a Administração Pública.

Face a esta realidade o BE, para ser coerente com a sua história e com os princípios que defende, só pode ser **um partido impulsionador/promotor de uma significativa convergência à Esquerda**. Portugal precisa de uma **Grande Frente de Esquerda** que se oponha – eleitoralmente - à Direita que nos (des)governa e quer continuar a (des)governar. Por outro lado, deve fazer “tremer” o PS cheio do espírito da “Terceira Via” (as suas direções) e com tendência para se aliar à Direita.

O BE não pode perder mais oportunidades, não pode ficar prisioneiro dos “sim..mas” ou de questões de índole pessoal. **O tempo esgota-se**. É preciso perceber **o que está em causa e o que é verdadeiramente essencial**. Os partidos de Esquerda (à esquerda do PS) estão aí: PCP, Verdes, MAS, POUS, PCTP/MRPP (estará também aí o LIVRE); estão também os movimentos, as associações, as plataformas. Certamente que existem diferenças programáticas, estratégicas e táticas. Cada partido, movimento, associação ou plataforma tem a sua história e a sua identidade, mas o que realmente importa são **os objetivos, os propósitos, os interesses associados que unem, fazem/permitem unir**. Se a Direita se une em nome de “princípios e interesses”, não tem qualquer sentido a Esquerda continuar “balcanizada”/em rivalidade, ainda mais, numa época como aquela em que vivemos.

Na medida em que o BE deve ser um (o) partido promotor da convergência à Esquerda importa que, a nível interno, **o debate seja lançado em grande escala**. Isto significa **envolver o partido todo** na discussão da questão. Note-se: o que está em causa não é simples, atendendo à relevância da ultrapassagem das diferenças dos sujeitos políticos/coletivos (outros) em campo, às escolhas a fazer, às propostas programáticas a definir, à abrangência de modelo de entendimento a fixar. **As bases devem ter, neste âmbito, um lugar de destaque**. É preciso ouvir os militantes/simpatizantes, sistematizar, concluir. **O posicionamento do partido terá de ter em conta o pensamento das bases. A tomada de certas decisões só se pode verificar se o processo de auscultação for/tiver sido uma realidade**.

A questão da convergência à Esquerda é, presentemente, uma das mais relevantes para o partido. Seja, pois, lançado o debate como **sinal inequívoco** da vontade de ser/fazer/caminhar de forma diferente.

Habitação: não deixar ninguém para trás

RITA SILVA
RICARDO ROBLES
SAMUEL CARDOSO
JOÃO MINEIRO
JOÃO CURVÊLO
ANA DRAGO
ANA MARTINS
CARLOS CARUJO
INÊS TAVARES
ÉRICA POSTIÇO

A habitação é um elemento central para a garantia de uma vida digna: sem o direito à habitação, todos os outros direitos estão ameaçados. Em pleno século XXI ainda há muita gente que não tem onde dormir. Num espaço como a UE, esta é uma das provas de que este sistema não serve. Nem precisamos de considerar só as pessoas sem casa: basta pensar no enorme fardo que constituem as rendas e os empréstimos no orçamento de uma parte considerável da população. Simultaneamente, observamos que há em Portugal uma grande percentagem da população que não consegue aceder ao mercado de habitação, deixando de haver qualquer investimento na habitação social. Perante a crise e esta política, o número de despejos aumenta. Em toda a Europa o direito à habitação está posto em causa.

Parece-nos, deste modo, que é indispensável **construir ao nível europeu uma alternativa que garanta a habitação digna para tod@s**. É essencial a apresentação de propostas no PE que defendam o direito à habitação: i) travando os processos de especulação que se alastram a toda a Europa, ii) voltando a financiar a habitação de promoção pública e social que a própria política europeia tem vindo a rejeitar, iii) voltando à regulação do mercado de habitação e revertendo a liberalização que a Troika tem imposto, iv) criando políticas de alternativas aos despejos, v) impondo a dação em pagamento, de forma a que a entrega da casa ao banco extinga a dívida das famílias. Mas a nossa ação no PE deve ir mais longe. Articular lutas ao nível internacional, fomentar as resistências da periferia contra a ditadura dos mercados, trocar experiências com movimentos sociais que em alguns casos (Estado Espanhol) têm conseguido mobilizações fortes e acrescentar força a esse combate que será mais forte se coordenado internacionalmente. E queremos deixar claro: a defesa do direito à habitação não pode ser feita à custa da guetização e da expulsão das pessoas. Simultaneamente, deve ser defendido o Direito à Cidade, com a participação das pessoas nas políticas e decisões.

É essencial organizar debates sobre o tema para que outras medidas específicas sejam adicionadas ao nosso programa (taxação altamente penalizadora das casas vazias, medidas que travem os processos especulativos, definição de um mínimo legal para habitação social nos novos prédios construídos, etc.).

A habitação deve ter bastante destaque na campanha. A ditadura da austeridade estará no centro da discussão e o direito à habitação é um pilar fundamental sob ataque, assim como as questões da dívida, sendo que foi produzida muito à custa de uma política errada de promoção do endividamento e da cultura de casa própria, levando ao aumento brutal do endividamento das famílias e da dívida externa de países como o nosso, gerando grandes ganhos para bancos e setor imobiliário. É essencial mostrar o nosso combate anticapitalista e dar uma ideia mais irreverente do Bloco. Uma campanha que inclua a pintura de murais, a realização de debates abertos e de ocupações simbólicas, como fizemos antes, para ilustrar o velho mas atual slogan “tanta gente sem casa, tanta casa sem gente”.

A recusa da marginalidade interior

PARTE II Colocar a interioridade na agenda política

ANTÓNIO RICARDO
BRUNO ANDRADE
CARLOS COUTO
CARLOS GOMES
CARLOS VIEIRA
CARMO BICA
ISABEL ALMEIDA
JOÃO CORONO
JOÃO SANTOS
MANUELA ANTUNES
MARCO LOUREIRO
MARCO MENDONÇA
MARIA ANTÓNIA FRIA
MARIA GRAÇA PINTO
NUNO LOBO
PEDRO SOARES
RUI CORTE
SOFIA MARTINS
TIAGO FRIAS
VALDEMAR FERREIRA

A organização do BE e a sua representação autárquica são ainda muito débeis nas regiões do interior, apesar de ter presença política em todos os distritos. Frequentemente, a existência de um organismo distrital não corresponde a uma rede mínima de intervenção e organização à escala do município. O organismo distrital cumpre a função de representação institucional do BE, assegura a manutenção de uma sede e procura ter intervenção local no concelho sede do respetivo distrito, nomeadamente com a apresentação de candidaturas às autárquicas, legislativas e alguma forma de participação nas europeias.

A organização de algumas iniciativas do BE em torno da ideia da “luta contra os efeitos da interioridade” e da denúncia das “políticas dos governos que conduzem ao interioricídio” tiveram um carácter pontual e não se integraram numa linha de continuidade. As iniciativas parlamentares também têm sido episódicas. A proposta de criação de um “banco de terras” e o apoio ao movimento de defesa da linha do Tua talvez tenham sido as mais significativas e persistentes. De resto, as campanhas centrais concebidas para as grandes concentrações populacionais são as mesmas que chegam às distritais do interior, com as mesmas mensagens políticas, os mesmos folhetos e os mesmos cartazes, naturalmente desajustados.

Este modelo de organização do BE nas regiões do interior cumpre os mínimos do objetivo centralista de representação nacional, mas é absolutamente insuficiente para organizar uma rede de ativistas com capacidade para ter iniciativa política, apoiar os movimentos e lutas das populações e dos trabalhadores, contribuir para a mudança nos territórios do interior, ampliar a influência política e social do BE e garantir dimensão e diversidade para a democracia interna.

Torna-se essencial refletir sobre uma nova conceção para a intervenção política e organização do BE nas regiões do interior. Criar formas ativas de participação na decisão e de caminhos para o ativismo em coletivo, alargar a rede de comunicação de ideias, constituem condições para que o BE ganhe iniciativa e ligação ao quotidiano do combate político e aos movimentos sociais.

Um primeiro passo poderá ser a constituição de um Grupo de Trabalho do Interior que integre em rede aderentes (eventualmente também não aderentes) dos vários distritos do interior para debater e propor uma estratégia coerente para as lutas do interior, campanhas políticas próprias, iniciativas parlamentares e autárquicas, adaptação das campanhas nacionais à realidade regional, formas de apoio e de articulação de lutas e movimentos, criação de um meio de comunicação, um novo modelo de organização, formas de apoio central, recursos e meios.

Na próxima Convenção o BE do interior precisa de construir uma representação significativa e participante, nas suas diversas sensibilidades e plataformas, que sustente a introdução de uma análise e de propostas, bem como a presença nos órgãos nacionais.

Experiências organizativas: aprender com o Que Se Lixe a Troika

JOÃO CAMARGO

A experiência que levou à realização das duas maiores manifestações da história recente do país é um indicador das possibilidades de produzir mobilizações contra-hegemónicas, ao mesmo tempo que revelou as dificuldades da manutenção de elevada pressão pública durante períodos contínuos.

A manifestação de 15 de Setembro abriu um espaço previamente inexistente, construído sobre as experiências do 2 de Março de 2011 (Geração à Rasca) e da manifestação internacional de 15 de Outubro do mesmo ano. O 15 de Setembro permitiu construir uma primeira experiência contra-hegemónica séria, colocada num período em que o mediatismo das avaliações da troika chocava directamente com a realidade sentida socialmente. O arco representado entre os 29 convocadores permitia alcançar basicamente todos os setores mobilizáveis, desde movimentos sociais, partidos de esquerda (incluindo franjas do PS) e sindicatos. A oportunidade do momento, a palavra de ordem com nova fronteira definida (troika e austeridade) e a aliança conseguida foram o segredo do “sucesso”, sem qualquer vanguardismo ou antagonismo à organização. Abriu também um campo de aliança internacionalista com os países sob a troika.

A preparação para a manifestação de 2 de Março de 2012 foi bastante mais “orgânica”, com um grande esforço para envolver todos os setores sociais em luta na preparação de uma luta ainda mais politizada, evoluindo para a necessidade reivindicativa da saída da troika e do governo PSD-CDS. O arco de alianças foi aquilo que muitos podem ver como uma eventual “frente de esquerda”, compreendendo militantes do Bloco, PCP, outros partidos de esquerda, sindicalistas e ativistas de movimentos sociais, assim como militantes mais relutantes do PS. Um avanço conseguido na manifestação foi a promoção de auto-organização na ação direta contra os representantes do governo e da troika: as grandoladas a governantes. A manifestação de 2 de Março terá sido a maior da História recente do país, concluindo com a exigência de saída do momento do governo e saída da troika. A incapacidade de produzir uma ferramenta que garantisse a continuação desta pressão sobre o poder desanuviou de alguma forma a tensão social, no rescaldo da avassaladora mensagem pública acerca da rejeição da austeridade, que era naquele momento hegemónica.

A experiência e a dedicação de militantes do BE foi decisiva nestas movimentações históricas que abriram novos campos de luta. A frontalidade, pragmatismo e democracia na articulação com os militantes de outras organizações e partidos permitiram lançar organizar este processo, mas não foram suficientes. A incapacidade de manter esta coligação com a máxima força e intervenção foi determinada por vários factores, desde falta de rotinas, alguma fragilidade por parte dos ativistas, a instabilidade e receios de vanguardismo, somada a algum desânimo por parte dos promotores perante a inexistência de uma consequência imediata e concreta dos protestos e o grande recuo político sofrido após o episódio da demissão-retracção de Portas no Verão. As iniciativas subsequentes promovidas pelo “Que Se Lixe a Troika” produziram experiências de resistência nacional e internacional, cultural e contra-hegemónica, para as quais contribuiu esta importante aliança cultural e política, que se mantém até hoje como estrutura flutuante e ferramenta social com objetivos traçados: a saída da troika e a demissão do governo. A experiência de 1 de Junho “Povos Unidos Contra a Troika”, realizou-se em vários países em simultâneo, assim como a do dia 26 de Outubro, “Não há Becos Sem Saída”. Foram momentos importantes, revelando um espaço próprio, novo e com definição própria, embora sem a vitalidade demonstrada inicialmente, mantendo-se aberto o campo de futuro.

parte 03

regimento

A Comissão de Direitos do Bloco de Esquerda identificou um erro no ponto 7 do Regimento pelo que aqui o republicamos na íntegra corrigido.

Convocação e objetivos

1. A II Conferência Nacional do Bloco de Esquerda (Conferência) convocada pela Mesa Nacional de 30 de novembro, nos termos previstos no art.º 18.º dos Estatutos, tem lugar nos dias 15 e 16 de fevereiro de 2014, no Auditório da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, sob responsabilidade organizativa da Comissão Política e com o lema “Bloco mais forte - rejeitar a austeridade, defender o trabalho, o estado social e a democracia na Europa”.

2. A Conferência reúne com o objetivo de promover o debate e de elaborar recomendações à Mesa Nacional (MN) sobre duas temáticas exclusivas: i) Trabalho de direção, organização de base e intervenção do partido nos problemas locais, empresas, setores profissionais e movimentos sociais; ii) Manifesto BE para eleições europeias.

Fase preparatória

3. Para debate dos temas da Conferência, as/os aderentes podem apresentar projetos de recomendação para a MN e propostas de alteração a esses textos.

4. Todas as propostas serão publicadas no Boletim da Conferência (BC) que terá 5 edições semanais, a partir do dia 15 de janeiro e até dia 12 de fevereiro, distribuídas por via eletrónica em formato pdf.

5. Os projetos de recomendação são publicados na edição n.º 3 do BC (29 de janeiro) e devem chegar ao Secretariado até dia 28.

6. O BC publicará artigos de opinião de aderentes, com o máximo de 3 mil caracteres (incluindo espaços) e enviados em formato eletrónico para o email: conferencia@bloco.org.

Composição

7. A Conferência é constituída pelas/os as/os aderentes no pleno exercício dos seus direitos estatutários, considerando-se para esse efeito o pagamento da quota anual de 2014, credenciados como conferencistas na respetiva mesa de registo de presenças no local da Conferência.

8. Não existem conferencistas por inerência.

9. Para além das/os conferencistas, podem assistir aos trabalhos na qualidade de convidados/as os restantes aderentes do Bloco de Esquerda, as cidadãs e os cidadãos convidados pelos órgãos do Bloco, bem como representantes credenciados da Comunicação Social.

10. Representantes de outros partidos, organizações ou instituições podem ser convidados pela Comissão Política.

11. Compete à Mesa da Conferência decidir sobre a possibilidade de intervenção de convidados.

12. A Conferência inicia-se com a credenciação das/os conferencistas a partir das 10h00m de sábado e a eleição da Mesa da Conferência.

13. Os trabalhos da Conferência são dirigidos pela Mesa, composta por um mínimo de cinco e um máximo de nove conferencistas. Compete-lhe, em particular, assegurar – no respeito pelos Estatutos e pelo presente Regimento – o bom andamento dos trabalhos, o carácter democrático dos debates e das votações.

14. A Mesa dirige os trabalhos de acordo com os temas indicada pela Mesa Nacional.

15. É da exclusiva responsabilidade da Mesa o anúncio das votações.

16. Compete à Mesa a elaboração da ata da Conferência.

Serviço de apoio

17. O Secretariado Nacional assegura os meios necessários ao serviço de apoio e aos contactos com a Comunicação Social, competindo-lhe resolver qualquer questão relativa ao funcionamento da Conferência.

Propostas e debates

18. Para serem debatidas e votadas na Conferência, as propostas de recomendação e as propostas de alteração têm de ser subscritas por 20 e 10 conferencistas, respetivamente, e entregues na Mesa até ao início do correspondente ponto da ordem de trabalhos.

19. Cada proposta de recomendação será apresentada por um/a conferencista.

20. As/os conferencistas podem tomar a palavra nos debates, devendo inscrever-se para o fazer em impresso próprio junto dos serviços de apoio.

21. As/os conferencistas só podem dirigir, sempre por escrito, à Mesa:

a) Requerimentos sobre o funcionamento dos debates e votações, que terão de ser votados pela Conferência;

b) Reclamações sobre o cumprimento dos Estatutos e Regimento, que devem ser decididas pela Mesa, com direito de recurso da/o reclamante para a Conferência;

c) Declarações de voto que ficarão anexas à ata da Conferência.

22. Compete à Mesa definir os períodos de inscrição, gerir os tempos de intervenção e conceder ou retirar o uso da palavra.

Votações

23. As votações para apuramento de maioria simples realizam-se de braço no ar, exibindo o cartão de conferencista.

24. As votações das propostas de recomendação e de alteração decorrem no final dos respectivos pontos da ordem de trabalhos.

25. As propostas de recomendação são votadas na generalidade e em alternativa, passando-se em seguida à votação das propostas de alteração ao texto de recomendação que obteve maioria de votos na generalidade.

26. Compete à Mesa contar os votos, anunciar os resultados e apreciar eventuais impugnações.

Ordem de trabalhos

1. Início dos trabalhos e eleição da Mesa da Conferência

2. Alocução de abertura da Conferência

3. Recomendações sobre trabalho de direção, organização de base e intervenção do partido nos problemas locais, empresas, setores profissionais e movimentos sociais

4. Recomendações sobre Manifesto